

Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho

Ruy Braga

Sociólogo, pesquisador do Centro de Estudos Marxistas da Universidade de Campinas

O trabalho pode ainda ser considerado determinante, como queria o pensamento clássico, das formas de sociabilidade contemporâneas de um modo de vida que, aparentemente, prescinde desse?

Se existe um traço recorrente perpassando a quase totalidade dos debates a respeito das mudanças contemporâneas das formas de organização da vida estatal engendradas pela crise mundial do capitalismo oligopolista, visando a reprodução das bases sociais e materiais da condição de subalternidade das classes trabalhadoras, esse traço é o *economicismo*¹. São muitas as formas de manifestação dessa perspectiva de análise que, assume, com maiores ou menores mediações, a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento *autônomo* (portanto, não subordinado à complexa vigência das múltiplas contradições do real) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos gestados pelo movimento das estruturas do capital: da tematização filosófica de Habermas, à problematização sociológica presente em Gorz, Offe, Kurz e outros.

O debate atual a respeito da crise do trabalho estrutura-se sobre bases essencialmente economicistas. Essa idéia pretendemos sustentar ao longo desse artigo, conforme os exemplos de Gorz e Kurz parecem deixar claro. Partindo da dissociação entre a problemática do trabalho e a questão da correlação de forças entre as classes, o economicismo das teses sobre a crise do trabalho opera o total abandono da possibilidade de revolucionarização das relações de produção dominantes, encarnando, talvez, por esse motivo, a força do espírito contra-revolucionário de nossa época. O objetivo desse artigo será o de situar a problemática da crise contemporânea segundo os marcos constitutivos do debate vigente em sua forma "abolição do trabalho", no âmbito da luta ideológica leva-

da a cabo pelas classes e cuja *iniciativa* encontra-se subordinada à burguesia.

Após uma breve aproximação teórica aos pretensos *limites do paradigma produtivo*, passaremos à exposição sistemática das teses de Gorz e Kurz, situando-as no interior da dominância do desenvolvimento *autônomo* das forças produtivas, bem como ao esboço de uma crítica anti-economicista radical dos fundamentos de tais formulações. Dessa forma, pretendemos adiantar subsídios para um melhor entendimento do caráter essencialmente economicista do debate vigente, assim como apontar para uma possível alternativa de leitura da processualidade contraditória do momento atual baseada no resgate das dimensões analíticas e estratégicas observáveis na teoria da luta de classes.

1. O economicismo ao qual nos referimos constitui-se, sumariamente, no produto teórico, com evidentes implicações políticas, da "contaminação superficial" (Gramsci) da análise desenvolvida por Marx em *O Capital* com a literatura econômica burguesa. As análises reducionistas ou economicistas caracterizam-se por fissurar o universo social em mundo econômico e mundo jurídico-político, atribuindo ao primeiro a faculdade da determinação histórica, mecânica, pré-fixada e alheia, em última instância, ao processo das lutas ideológico-político-econômicas das classes em sua existência real e contraditória. Romper com o economicismo implica em resgatar a capacidade expansiva do marxismo na medida em que recupere suas formulações essenciais, da subordinação às representações de mundo especulativo-filosóficas próprias à racionalidade burguesa. Resgata pois, a possibilidade de pensarmos uma iniciativa hegemônica autônoma por parte das classes subalternas, fundada em sua racionalidade própria.

Limites do Paradigma Produtivo: Breve Aproximação Teórica.

O debate atual a respeito daquilo que ficou conhecido segundo a expressão *crise da sociedade do trabalho* identifica-se, frequentemente, com a problemática envolvendo o espaço ocupado temporaneamente pelo chamado *paradigma da produção*². A questão fundamental levantada pelos proponentes do debate³ seria a de apontar os limites do paradigma produtivo centrado na categoria trabalho. O trabalho pode ainda ser considerado *determinante*, como queria o pensamento clássico, das formas de sociabilidade contemporâneas de um modo de vida que, aparentemente, prescinde desse? Em caso negativo, como parece ilustrar o debate, qual seria então o caráter determinante das mutações nas formas de organização da vida estatal (processos produtivos e de organização societal, regulação do Estado e outros), que trariam, em si, os fundamentos últimos para esse suposto solapamento das bases sociais e materiais da categoria trabalho? Ainda seria possível falar em *determinação* das partes pelo todo, como queria Lukács em *História e Consciência de Classes* (Lisboa, 1974)? Haveria ainda uma totalidade a qual nos remeter?

Para entendermos, mesmo que preliminarmente, os limites e alcances desse debate é preciso identificar alguns pressupostos. O primeiro deles é aquele que reduz a crise capitalista contemporânea à chamada crise da sociedade do trabalho. Os dois argumentos de maior relevância invocados no sentido da justificação desse reducionismo seriam, em primeiro lugar, o intenso debate político e teórico, a respeito da crise e suas várias formas de manifestação, surgido nos últimos trinta anos (Cf., entre outros, Gorz, 1988; Offe, 1989; Kurz, 1992; e Silva, 1995). Em segundo lugar, teríamos a problemática sobre as transformações empíricas na "esfera do trabalho" provocadas pelo incremento do progresso técnico e o decorrente aumento de desemprego, questionando em última análise os discursos e práticas dos movimentos sociais inspirados nas utopias socialistas surgidas no século passado. Nesse sentido, po-

A razão última que teria levado o pensamento sociológico clássico, de Marx, Weber e Durkheim, a considerar o trabalho como o "fato social fundamental" (a expressão é utilizada por Offe, 1989) de suas teorias, deveria ser buscada no contexto histórico vivido pela sociedade industrial da época.

demos dizer que o aspecto mais importante desse debate, várias vezes realçado por seus proponentes, é a problematização do "lugar privilegiado" ocupado pela categoria trabalho no pensamento sociológico desde a "época dos clássicos" (Cf. Offe, 1989 e Silva, 1995).

A razão última que teria levado o pensamento sociológico clássico, de Marx, Weber e Durkheim, a considerar o trabalho como o "fato social fundamental" (a expressão é utilizada por Offe, 1989) de suas teorias, deveria ser buscada no contexto histórico vivido pela sociedade industrial da época. Assim, com o intenso desenvolvimento da atividade industrial ao longo do século XIX, o trabalho e o trabalhador apareceriam como o mais importante princípio organizador da sociedade, fazendo com que, de um lado, a dinâmica do desenvolvimento social fosse percebida como resultante dos conflitos em torno da dominação na esfera da produção e, de outro, o tipo de racionalidade adequado à ação da empresa capitalista fosse projetado para o conjunto da sociedade (Habermas, 1970 e Offe, 1989).

A totalidade das mutações ocorridas no transcurso das duas últimas décadas, traduzida em termos da aplicação massificada da automatização de base microeletrônica e caráter informacional (incremento do progresso técnico), bem como, o desemprego estrutural daí decorrente, questionaria, no limite, a *centralidade* do trabalho assalariado en-

quanto "fator de integração social". Nesse sentido, as chamadas "evidências empíricas" invocadas pela teoria social contemporânea, mais ou menos crítica, como a subdivisão e desumanização do trabalho, a redução do tempo de trabalho, o declínio da ética do trabalho, o declínio do modelo de pesquisa social organizado em torno do trabalho, dentre outras, apontariam inequivocamente para aquilo que convencionou-se chamar de crise da sociedade do trabalho. A crise capitalista contemporânea passa a ser associada, quase que umbilicalmente, com a crise ou esgotamento do paradigma produtivo centrado no trabalho.

Partindo dessas considerações, os proponentes do debate vigente a respeito do esgotamento do paradigma da produção afirmam a existência de duas tendências gerais, "desenvolvendo-se paralelamente", através das quais, a centralidade do trabalho seria questionada: uma empírica - alterações na "esfera do trabalho", tanto técnicas (subdivisão e desqualificação do trabalho), quanto culturais (o chamado processo de enfraquecimento da ética do trabalho); e outra teórica indicada, de um lado, pela diversificação da agenda das pesquisas sociológicas, nas quais o trabalho já não é mais o tema principal e, de outro, pelo crescente debate a respeito da crise da sociedade do trabalho (Cf. Offe, 1989 e Silva, 1995).

Forças Produtivas e Análises sobre a Crise do Trabalho.

Tomando como exemplos tais pressupostos, é possível perceber que a questão fundamental colocada para a filosofia da práxis não seria tanto a discussão sobre o questionamento sociológico, expresso, por exemplo, pela diversificação da agenda das pesquisas, da categoria trabalho, mas sim, se existe ou não uma técnica e um saber neu-

2. Cf. Habermas (1987b), particularmente, o "Excurso sobre o Envelhecimento do Paradigma da Produção".

3. Sobre a historicização desse debate na tradição sociológica alemã, ver, sobretudo, Konig (1994).

tros, ou seja, perpassando todas as classes. Mais do que puramente questionar a centralidade, ou não, do trabalho como principal elemento explicativo das formas contemporâneas de organização da vida estatal, o que está sendo testado, na verdade, é a validade analítico-estratégica da teoria das lutas de classes e sua eficácia em elaborar um projeto alternativo e emancipador para a **totalidade** social.

Contrariamente à perspectiva dos proponentes do debate acerca da crise do trabalho, entendemos o progresso técnico, substrato, em última medida, objetivo das mutações apontadas acima, como incorporação concreta do que existe de mais fundamental na política, ou seja, a condensação das contradições classistas objetivando dar-lhes sentido e direção (ver, para maiores detalhes, Balibar, 1973; Magaline, 1977 e Dias, 1995). Dessa forma, é possível dizer que o progresso técnico implementa, **enquanto política**, o projeto hegemônico das classes dominantes na sociedade.

A afirmação do progresso técnico como **forma condensada da política das classes dominantes** (Dias, 1995) constitui-se em um suposto básico essencial para o movimento, teórico e prático, de ruptura com a perspectiva economicista presente nas teses que incorporam, com maiores ou menores mediações, o determinismo tecnológico em seu instrumental de análise. Romper com o determinismo tecnológico (ou, de uma maneira mais ampla, romper com a ideologia do progresso técnico, verdadeiro "Deus ex machina" da teoria econômica contemporânea, para utilizarmos uma expressão de Magaline, 1977) significa superar o reducionismo economicista que a tudo reifica e naturaliza. Implica, ao mesmo tempo, em avançar com o projeto de uma nova racionalidade classista de caráter emancipador, ético-político, negando a possibilidade de que qualquer modo de produção possa ser apreendido como sistema de leis econômicas detentoras de um automatismo a-histórico e generalizante. Significa, em última instância, afirmar a vontade criadora da intervenção política organizada das classes subalternas no terreno da história.

O tema central da análise de Gorz desde a publicação de seu conhecido ensaio Adeus ao Proletariado (1982), tem sido sua problematização a respeito da abolição do trabalho.

Nossa proposta no presente artigo será a de situar o debate sobre a crise da sociedade do trabalho nos marcos da problematização economicista do desenvolvimento histórico, em essência integrada às modalidades e representações da racionalidade especulativa, no caso, a capitulação frente ao mito do progresso técnico alçado à condição de "motor da história", bem como ao movimento mais amplo do processo em curso de recomposição das bases sociais e materiais da hegemonia burguesa ao nível das formas de organização da vida estatal (processos e mercados de trabalho, intervenção do aparelho de Estado, modalidades de ação política das classes subalternas...). Para isso, escolhemos trabalhar, primeiramente, com duas formulações a respeito da **abolição do trabalho** cujo impacto analítico e estratégico tem sido forte quando pensamos na clareza de suas teses e sua incorporação ao nível dos aparatos sindicais, por exemplo, que, frequentemente, tem reproduzido acriticamente as bases ideológicas do debate vigente, sem desconfiar que tais proposições encaminham a ação sindical para posturas defensivistas e verdadeiramente passivas.

O primeiro grande construto teórico a tematizar o impacto do processo acelerado da automatização de serviços e atividades produtivas, extraindo daí as consequências teóricas e práticas cabíveis (ou não), foi, sem dúvidas, a análise contida nos textos do sociólogo André Gorz. Suas teses rapidamente conquistaram espaço garantido no campo "crítico", "progressista" ou "de esquerda", transformando-se em grandes dogmas para alguns seto-

res políticos. A necessidade de enfrentar os fundamentos de suas formulações encerra uma dimensão política evidente. O outro construto que nos pareceu relevante tratar é o encarnado nas análises do sociólogo alemão Robert Kurz. Sua interpretação a respeito da derrocada dos países do Leste Europeu (o chamado "bloco socialista") impactou positivamente um grande número de intelectuais marxistas brasileiros, dentre os quais os mais conhecidos são Roberto Schwarz e Ricardo Antunes⁴, traduzindo-se portanto, em uma formulação passível de exame crítico dos seus fundamentos. E o fundamento último de tais análises é, a nosso ver, o reducionismo de caráter economicista encerrado da dominância absoluta da problemática do desenvolvimento autônomo das forças produtivas entendido enquanto fator de **determinação** do movimento histórico alheio ao processo de luta de classes.

Pretendemos a partir de uma exposição sistemática de algumas de suas principais teses, retirar subsídios que nos permitam apontar os limites de tais tematizações economicistas, bem como, elementos para uma abordagem que rompa com os fundamentos ideológicos do debate sobre a crise do trabalho.

Forças Produtivas e Abolição do Trabalho: o "Fatalismo Tecnológico"

O tema central da análise de Gorz desde a publicação de seu conhecido ensaio **Adeus ao Proletariado** (1982), tem sido sua problematização a respeito da **abolição do trabalho**. O debate sobre a crise da sociedade do trabalho não pode ser outra coisa, senão a discussão remetida à eliminação tendencial do trabalho humano enquanto "fonte última de toda a riqueza social", bem como os desdobramentos teóricos e práticos daí decorrentes: superação da sociedade estruturada no valor trabalho, nas classes e suas lutas, na racionalidade econômica da lógica do capital... Nesse sentido, a definição sociológica empreendida

4. Cf., para maiores detalhes, Schwarz (FSP, 17/5/1992) e Antunes (1995).

por Gorz daquilo que vem a se constituir a moderna noção de trabalho nos parece fundamental. O trabalho para Gorz, constitui-se naquele tipo de atividade que deve ser fornecida na esfera pública (realizada por conta de um terceiro e em troca de um salário), destinar-se aos outros (segundo formas e horários fixados por quem paga) e, finalmente encerrar uma validade social (objetivando fins que não são escolhidos por quem trabalha).⁵

Estamos falando, fundamentalmente, da forma social assumida pelo trabalho segundo a norma capitalista de assalariamento (mesmo que mediada pelo chamado "espaço público"). A abolição do trabalho é a abolição do regime do salariado, conseqüentemente, a abolição do capitalismo enquanto tal. A subversão da lógica do capital (sua "agonia") é realizada, contudo, não através e a partir da política (organização e combatividade das classes subalternas), mas, sim pela técnica, mais particularmente, mediante o advento da **Revolução Autônoma das Forças Produtivas**, entendida como Revolução Microeletrônica.⁶

Entretanto, cabe a questão: qual o fundamento da Revolução das Forças Produtivas? Em Gorz, temos claro que essa dimensão da questão é equacionada através de um processo de **racionalização** já dado e tomado a partir de uma **divisão do trabalho**, impassível e não subordinada às determinações classistas. Assim, partindo de uma correlação progressiva da razão, neutra⁷, pois válida para todas as classes, Gorz pode afirmar a **novidade radical** (ruptura irreconciliável com o passado) do atual momento: A Revolução das Forças Produtivas, superando as "amarras" da lei do valor, permitiria uma economia absoluta de capitais (fixo, variável e circulante). Sinteticamente, tal revolução ocasionaria uma mutação no sentido da superação das bases do raciocínio econômico:

"Ela (Revolução Microeletrônica) não provoca somente, como quando das revoluções técnicas do passado, o decréscimo do valor do capital fixo por unidade de produto; ela inaugura o decréscimo da **massa total** do capital fixo posto em ação para produzir um volume ra-

Aqui radica o coração da nova utopia de Gorz, a chamada "sociedade do tempo livre" onde todos poderiam trabalhar, contudo, não no sentido econômico dessa atividade.

pidamente crescente de mercadorias" (Gorz, 1983, p.68).

Por conta da "agonia do capital" dado o fim da sociedade do trabalho, a revolução das forças produtivas subverte o tempo de trabalho como medida do valor de troca bem como, o valor de troca como medida do valor de uso. Supera-se a lei do valor, a centralidade do trabalho, a luta de classes, enfim, a lógica do capital:

"A novidade da presente crise, é que as mutações tecnológicas pelas quais o capitalismo responde a ela não são mais domináveis no quadro da racionalidade capitalista. Acelerando as destruições de capitais e empregos, tais mutações permitem produzir quantidades crescentes de mercadorias com quantidades rapidamente decrescentes de capital e de trabalho (...). A automatização tem por efeito reduzir as quantidades absolutas de capital podendo ser valorizada pela produção de uma quantidade crescente de mercadorias, tanto materiais quanto imateriais (...). A automatização abole os trabalhadores ao mesmo tempo que os compradores potenciais" (idem, p.70; grifos nossos).

O processo em curso de generalização das potencialidades da automatização de atividades produtivas e de serviços em países imperialistas, sobretudo, mas não somente, "aboliria" a mais-valia na razão direta em que impossibilitaria a valorização do capital (é a chamada hipótese do "capitalismo morto-vivo" de Gorz), remetendo-nos a um só tempo, **para além do capitalismo e do socialismo**. Nesse espírito, a Revolução Autônoma das Forças Produtivas anunciaria a "maturida-

de objetiva do comunismo" (Gorz, 1983) ou, o chamado "comunismo das coisas" (Kurz, 1992). As bases ideológicas do socialismo estariam sendo solapadas pela, segundo Gorz, a mais importante mudança sócio-cultural em curso no mundo contemporâneo, ou seja, através da processualidade encerrada no advento da "desafeição" frente ao trabalho. Enquanto mudança cultural-subjetiva, o indivíduo aspira a liberar-se do trabalho. Objetivamente, o sentido possível das atuais mutações em curso, para a humanidade e para o movimento dos trabalhadores, tanto do ponto de vista cultural, quanto econômico-político, passa a ser **determinado** pela revolução autônoma das forças produtivas.

Aqui radica o coração da nova utopia de Gorz, a chamada "socie-

5. "Designa-se por 'trabalho' uma atividade fundamentalmente diferente das atividades de subsistência, de reprodução, de manutenção e dos cuidados com a satisfação no seio da família; e isso não tanto porque o 'trabalho' é uma atividade paga mas porque ele se situa no espaço público, aparecendo enquanto uma prestação mensurável, permutável e intercambiável que possui um valor-de-uso para os outros (...) Eu chamo de trabalho, portanto, as únicas atividades inseridas no processo social de trabalho e reconhecidas como parte integrante desse" (1991, pp.112 e 127; grifos do autor).

6. "A abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se. Para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automatização irá suprimir, no espaço de dez anos, entre quatro e cinco milhões de empregos, a menos que haja uma revisão profunda da direção dos trabalhos, das finalidades da atividade e de sua natureza" (Gorz, 1982, p.11).

7. A hipótese da neutralidade da técnica torna-se mais clara na seguinte passagem: "Diferentemente das megatecnologias do período industrialista, que obstaculizam o desenvolvimento descentralizado, enraizado nas comunidades de base, a automatização, com efeito, é ela mesma, socialmente ambivalente. Ao passo que as megatecnologias eram tecnologias-ferrolho ('technologies-verroues'), a microeletrônica é uma tecnologia - encruzilhada ('technologie-carrefour') ela não interdita nem impõe um tipo de desenvolvimento. Ela permite, diferentemente da (tecnologia) nuclear ou da indústria espacial, servir à hipercentralização da mesma forma que à auto-gestão, pensar na centralização auto-gerida" (Gorz, 1983, p.67).

dade do tempo livre” onde todos poderiam trabalhar, contudo, não no sentido econômico dessa atividade. A crença é a de que a liberação do tempo dada a abolição do trabalho superará o capitalismo sem a necessidade de uma revolução política.⁸

A possibilidade de uma tomada revolucionária do poder pelas classes subalternas derivava, para Gorz, diretamente da experiência “soberana” da classe no local de trabalho. Ou seja, a classe dos trabalhadores - operários profissionais polivalentes - seria o “sujeito possível” da revolução socialista na medida em que em cada operário existia uma contradição entre, de um lado, a soberania de seu trabalho e, de outro, a negação de tal soberania pelo capital (cf. Gorz, 1982, p.85 e ss.). Para Marx, segundo a leitura que dele faz Gorz, o socialismo deveria ser conduzido pela classe social “virtualmente majoritária”, isto é, o proletariado. A idéia de uma tomada revolucionária do poder surgia no prolongamento direto dessa hipótese. Entretanto:

“A divisão parcelar do trabalho, depois o taylorismo, depois a O.C.T. e, finalmente, a automatização aboliram, juntamente com os ofícios, aqueles operários dotados de um ofício que tinham, com o ‘orgulho do trabalho bem feito’, a consciência de sua soberania prática” (1982, p.58).

Donde deduz-se que:

“A crise do socialismo é, antes de mais, nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo, e portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialistas vem fundamentalmente disso” (idem, p. 85).

Nesse ponto, torna-se evidente que a divisão capitalista do trabalho destruiu o fundamento último do socialismo ao esvaziar o poder na esfera do trabalho. Este torna-se uma atividade passiva, ou seja, pré-programada e totalmente subordinada à reprodução funcional de um apa-

O debate sobre a crise da sociedade do trabalho assume dimensões ainda mais fatalistas com o tratamento dispensado a esse por Robert Kurz.

relho que não contempla espaço para a iniciativa individual. O trabalho frente ao incremento da divisão capitalista do trabalho (sua divisão técnica e social) não mais pode ser compreendido enquanto atividade própria do trabalhador. A divisão capitalista do trabalho superou a classe trabalhadora:

“A evolução tecnológica não caminha no sentido de uma apropriação possível da produção social pelos produtores. Ela caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informática” (ibidem, p.95).

Da decomposição da “antiga sociedade fundada no trabalho” surge o segmento social capaz de substituir a classe dos trabalhadores (superada pelo próprio capitalismo) na tarefa histórica de ir para além da racionalidade produtivista própria à lógica do capital, dando fim a sua “agonia”: a chamada “não-classe” dos “não-trabalhadores” pós-industrial. Tal “não-classe” envolveria, conforme Gorz, o conjunto dos indivíduos expulsos da produção material pelo processo de “abolição do trabalho” dado o incremento do progresso técnico, ou aqueles subempregados em suas capacidades pela industrialização do trabalho intelectual.⁹

Na verdade, a aceitação da inextorabilidade da divisão capitalista do trabalho, leva Gorz a uma apreciação “unidimensional” do imperativo tecnológico. Ao esvaziar de poder a “esfera do trabalho”, também a apreciação da dimensão “política” da tecnologia, de sua produção e execução, é suprimida. Ao trabalhador, “decalque do capital”, não resta possibilidade de resistên-

cia. Cabe a ele aceitar a técnica como realização maior da razão. A própria distinção teórico-metodológica empreendida por Gorz, central em sua análise, entre esfera da “autonomia” (liberdade) e “heteronomia” (necessidade), representa de forma clara a reificação da divisão capitalista do trabalho e a aceitação do imperativo tecnológico (ideologia do progresso técnico) enquanto critério de determinação histórico. A utopia “dual-microeletrônica” de Gorz, não reivindica a supressão da esfera heterônoma, diga-se bem, da esfera da racionalidade econômica, mas sim, sua subordinação à esfera da autonomia.¹⁰

Conforme a utopia “dual-microeletrônica” de Gorz, podemos inferir que a chamada Revolução Autônoma das Forças Produtivas, suporte material do desenvolvimento histórico, poderá levar as formações sociais contemporâneas a um aumento do grau de liberdade individual (“sociedade do tempo livre”) ou, ao contrário, ao decréscimo da

8. O projeto de Gorz para um sociedade do futuro: “1) Surge no prolongamento da experiência e das lutas operárias passadas; 2) supera essa experiência e essas lutas em direção a objetivos conforme aos interesses dos trabalhadores, assim como dos não-trabalhadores, podendo, pois, cimentar sua solidariedade e sua vontade política comum; 3) corresponde à aspiração de uma proporção importante dos homens e mulheres por (re) tomar o poder da e sobre sua vida” (1988, pp.170-1).

9. “A maioria da população pertence a esse neo-proletariado pós-industrial dos sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente (empregos esses que, num futuro não muito distante, serão abolidos pela automatização)...” (ibidem, p.84).

10. “Tentei ilustrar, em outro lugar, o que poderia ser essa organização dualista do espaço social numa esfera da heteronomia subordinada aos objetivos da esfera da autonomia. A primeira garante a produção programada, planificada, de tudo o que é necessário à vida dos indivíduos e ao funcionamento da sociedade, o mais eficazmente possível e, por conseguinte, com o menor consumo de esforços e de recursos. Na segunda, os indivíduos produzem de forma autônoma, fora do mercado, sozinhos ou livremente associados, bens e serviços materiais e imateriais, não necessários mas de acordo com os desejos, os gostos e a fantasia de cada um” (ibidem, p.117).

liberdade causado pela difusão do desemprego¹¹. A **luta política** propriamente dita deve ater-se ao âmbito do sistema de trocas, dado estar determinada pelo progresso técnico na esfera da produção.¹²

E o que resta, pois, ao movimento operário em um mundo onde as profissões foram destruídas pela organização científica do trabalho (O.C.T.) e o pouco trabalho inteligente e qualificado que restou deverá ser, fatalmente, abolido pela automatização? A resposta de Gorz parece bastante clara: o movimento operário, assumindo uma estratégia absolutamente defensivista está fadado a limitar-se à divisão dos "frutos" desse progresso técnico, através, principalmente, das lutas pela redução da duração anual do trabalho. Tal perspectiva nasce da constatação de que **o socialismo já foi alcançado objetivamente** por força da automatização. Essa nos permitiria imaginar precisamente, uma sociedade radicalmente diferente, onde o trabalho fosse melhor distribuído e todos tivessem mais tempo livre para o desenvolvimento de atividades autônomas. Para além do "trabalho obrigado", a Revolução Autônoma das Forças Produtivas nos possibilita vislumbrar uma sociedade das atividades liberadas.

É exatamente nesse sentido que se torna possível compreender a noção presente em Gorz de que a Revolução das Forças Produtivas detém a capacidade de superar as inscrições de classes e suas lutas, possibilitando tanto a solução para a crise contemporânea quanto o reordenamento das bases materiais nas quais irá assentar a "nova sociedade", ou seja, **a sociedade tempo livre**. A pré-condição do resgate de tal utopia do progresso técnico¹³ é a apologia da divisão capitalista do trabalho, dois elementos muito conhecidos pela teoria econômica burguesa.

O Fim da Exploração como Catástrofe: Razão e Irrazão em Kurz.

O debate sobre a crise da sociedade do trabalho assume dimensões ainda mais fatalistas com o tratamento dispensado a esse por Robert Kurz. Partindo da discussão sobre o colapso do Leste Europeu (momento pós-

O debate sobre a crise da sociedade do trabalho assume dimensões ainda mais fatalistas com o tratamento dispensado a esse por Robert Kurz.

89), o sociólogo alemão busca apresentar sua visão da crise contemporânea segundo um ponto-de-vista **totalizante**. A crise da sociedade do trabalho, da modernidade ou do sistema mundial produtor de mercadorias que já alcançou os países de Terceiro Mundo e do Leste Europeu, chega agora às periferias dos países centrais. Rompendo com as interpretações que vêem a queda do Leste enquanto vitória de um sistema (o **Ocidental**) sobre outro (o **Socialista**), Kurz tenta demonstrar que a crise soviética constitui-se em momento integrante da derrocada do sistema social fundado na lógica-fetiche do movimento auto-referido da forma mercadoria.

Assim, o colapso do Leste indicaria a existência de uma "base comum", ameaçada e tornada obsoleta pelo grau de desenvolvimento alcançado contemporaneamente pelas forças produtivas tanto em relação às economias de mercado "vencedoras", quanto ao "socialismo" real decaído, e que deveria ser buscada **para além do "paradigma da sociedade industrial"**, do mercado e do Estado. O fundamento último da crise total do sistema mundial produtor de mercadorias (incluído aí o Leste) deve ser buscado na **dissolução da sociedade do trabalho**:

"O termo, há algum tempo em circulação, da **crise da sociedade de trabalho**, mesmo que apareça por enquanto apenas como problemática particular e não se refira às formas sociais básicas, pode ter nascido do pressentimento dessa meta-crítica, que está amadurecendo. (...) A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um

fundamento comum, a **sociedade de trabalho**, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução" (Kurz, 1992, pp.20-1).

A definição histórico-sociológica da categoria trabalho, como em Gorz, também aparece na análise de Kurz, com o objetivo de limitar o campo no qual irá atuar a "meta-crítica" advogada por esse. O trabalho que entra em crise é, na verdade, o trabalho abstrato, forma que assume tal categoria sob a vigência das relações capitalistas de produção. Portanto, a crise da sociedade do trabalho é, fundamentalmente, crise do trabalho abstrato, ou seja, do trabalho que produz valor de troca. Como decorrência lógica, teríamos a compreensão da crise contemporânea enquanto crise de valorização do capital. Apesar de tal dimensão encontrar-se presente no discurso de Kurz, permanece subordinada à primeira afirmação, isto é, a de que a crise é do trabalho abstrato:

"A abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e final-

11. "Trabalhar menos produzindo mais, distribuir melhor os frutos do progresso técnico, criar um novo equilíbrio entre tempo e trabalho obrigado e tempo disponível, permitir a todos uma vida mais tranquila e atividades mais ricas, tais são os novos objetivos das lutas sociais e políticas" (ibidem, p.162 ; grifos nossos).

12. O "fatalismo" de Gorz em relação ao incremento da divisão capitalista do trabalho é uma constante: "Se todo mundo tomasse consciência de que virtualmente não há mais problemas de produção, mas apenas um problema de distribuição - ou seja, de partilha equitativa das riquezas produzidas e de distribuição equitativa por toda a população do trabalho socialmente necessário - , o sistema social atual teria graves dificuldades para se manter" (ibidem, p.164).

13. "Pretender se opor à automatização ou retardá-la seria uma tarefa vã e fadada ao fracasso. Trata-se, antes de mais nada, de tirar partido dela e, para começar, de dominar e orientar a mutação ora em curso. (...) A informatização pode servir à autogestão generalizada, à 'auto-vigilância' teleguiada ou ainda à centralização excessiva do 'Estado-Total'" (Gorz, idem, pp. 184 e 187).

mente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma sequência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto (...) em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico" (idem, p.81).

Kurz, não obstante apontar a diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato, dilui o trabalho que produz valores de uso, coisas úteis, no trabalho que produz valor. Daí surgirem afirmações como a de que o trabalho está sendo "abolido" e o capital, "perdendo sua capacidade de explorar". Tais teses apontam, na realidade, para a **supressão do trabalho** e não somente para o fim do trabalho abstrato, historicamente determinado pelo modo de produção capitalista. Não vai além, pois, do debate vigente acerca da perda da centralidade do trabalho (e não do trabalho abstrato) nas formações sociais contemporâneas.

A raiz das formulações de Kurz a respeito da crise contemporânea deve ser buscada em suas apreciações sobre a divisão (capitalista?) do trabalho e o desenvolvimento científico-tecnológico, transformado em "força produtiva direta":

"Mas, logo que no processo da modernidade a divisão trabalho transgride definitivamente essas estruturas primitivas (categorias da mercadoria), logo que as produções industriais em escala crescente estão diretamente engrenadas, soldando-se num sistema global imediato, alimentado por agregados sociais globais como ciências, educação etc, logo que, portanto, nasce um entrelaçamento universal, o sistema de divisão do trabalho deixa de corresponder, em seus aspectos 'materiais', 'técnicos' e de 'conteúdo', às categorias primitivas do mercado e do dinheiro, Essas categorias foram sobrepujadas (...). Como consequência lógica, a existência ulterior do mercado e do dinheiro, muito longe de ser expressão das novas formas superiores da divisão do trabalho, nova sob aspectos materiais e de conteúdo, entra numa

Entretanto, apesar de todo catastrofismo, Kurz ainda vislumbra uma possibilidade de saída da crise, quando se remete à superação da razão iluminista pela "razão sensível".

contradição irreconciliável com estas últimas" (Kurz, 1992, pp. 75-6).

A força-de-trabalho "barata" estaria perdendo progressivamente sua importância em favorecimento do incremento tecnológico e consequente elevação da produtividade, a partir dos altos investimentos de capital. O fator decisivo do processo de produção para um mercado mundial, não seria determinado pelo salário baixo, e sim pela incapacidade da produção altamente automatizada em absorver massas suficientes de força de trabalho (cf. Kurz, idem, sobretudo, p. 175 e ss.). O movimento histórico passa a ser, como em Gorz, determinado pela Revolução Autônoma das Forças Produtivas:

"Os três tipos de acumulação primitiva (Europa no séc. XVII, Terceiro Mundo e Socialismo Real) somente têm uma coisa em comum: a expulsão violenta, realizada em formas bárbaras, dos tradicionais 'produtores diretos' na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as 'torturas' por eles sofridas ao serem forçados ao status moderno de trabalhadores assalariados, o qual exige o sistema da mercadoria moderna como **status** de grandes massas (...). Esse processo gerou em escala crescente **cada vez mais forças produtivas científicas**, até alcançar, em nossos dias, a beira da supressão, por parte do próprio capital, da substância de 'trabalho' produtivo do capital" (ibidem, pp. 189-190; grifos nossos).

Apesar de todo hermetismo presente dos escritos de Kurz, a hipótese básica é espantosamente simples: com o advento da automatização, o capital supera o uso da força de trabalho e, conseqüentemente perde sua capacidade de explorar;

o progresso técnico ao expulsar as massas da produção imediata e do mercado, inviabiliza a integralização do ciclo da acumulação, inaugurando um período *sui generis* de crise/colapso histórico. Surge então uma população mundial composta de "sujeitos dinheiro sem dinheiro" (Gorz diria "não-classe dos não-trabalhadores"), isto é, pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, capitalista ou não, sendo forçadas a viver num "leprosário social" que já envolveu a maior parte do mundo. A raiz da crise é, sem dúvidas, a **abolição do trabalho**:

"O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição de esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exploração (...). Mas a causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de 'trabalho abstrato', em consequência da alta produtividade ('força produtiva ciência') alcançada pela mediação da concorrência" (Kurz, idem, pp. 194 e 220).

A lógica destrutiva imanente da forma mercadoria traduz-se no fundamento da catástrofe do sistema mundial produtor de mercadorias. A hipótese com a qual trabalha Kurz, é a de que a "força produtiva ciência" tenha criado ao nível concreto, possibilidades não compatíveis com a reprodução de conjunto do capitalismo¹⁴. Dado que a crise contemporânea consiste na eliminação tendencial do trabalho produtivo (supressão "negativa" do trabalho abstrato pelo capital), não existe razão para que tal crise seja criticada segundo o ponto de vista das lutas de classe (ontologia do "trabalho"). O objetivo teórico de Kurz,

14. Nas palavras do próprio Kurz: "Tendencialmente, o capitalismo tornou-se 'incapaz de explorar', isto é, pela primeira vez na história capitalista está diminuindo também em termos absolutos - independentemente do movimento conjuntural - a massa global do trabalho abstrato produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva" (ibidem, p. 226).

nesse sentido, seria superar a análise classista. Solucionar a crise exigiria uma "nova racionalidade" capaz de tornar a crítica social mais "radical" e "aguda".

O moderno movimento operário, por fazer parte dessa "constelação" do sistema produtor de mercadorias (o chamado "decalque do capital" segundo a expressão utilizada por Gorz), bem como o marxismo enquanto reflexo teórico correspondente, não podem integrar a possível saída da crise¹⁵. A superação do período histórico atual entendida como passagem ao "comunismo" só pode ter uma força motriz verdadeira: a Revolução Autônoma das Forças Produtivas.¹⁶

Kurz transforma o **fetichismo** em um dado processo, contra o qual não é possível resistir. A lógica da história reduz-se ao movimento irracional do capital em sua corrida cega e desenfreada pelo lucro. A **naturalização**, já aludida, da divisão capitalista do trabalho, decorre do entendimento de que a luta de classes, por sua vez, somente torna-se inteligível quando situada no bojo do sistema de trocas, isto é, enquanto luta distributiva. No âmbito das relações na produção, nada de luta de classes, e, sim, movimento **totalizante, impassível e racionalizante** da forma mercadoria. O sujeito possível é o fetichismo e a história transforma-se, portanto, em história dessa forma social, ou seja, em **história do capital**. No interior de tal problemática, não resta outra alternativa, senão, dar "adeus" à revolução socialista.¹⁷

Entretanto, apesar de todo catastrofismo, Kurz ainda vislumbra uma possibilidade de saída da crise, quando se remete à superação da razão iluminista pela "razão sensível". A mudança de racionalidades, evidentemente, nada tem em comum com o universo da produção e, em certo sentido, exclui tendencialmente a **política**. A iniciativa por mudanças encontra-se centrada no universo dos "novos movimentos sociais", os "verdes", ou como prefere chamar Kurz, o "Terceiro Setor".¹⁸

A **utopia da razão sensível** que poderá produzir a tão esperada desvinculação entre processo de reprodução social e categorias do sistema produtor de mercadorias, gerando a

Entretanto, apesar de todo catastrofismo, Kurz ainda vislumbra uma possibilidade de saída da crise, quando se remete à superação da razão iluminista pela "razão sensível".

chamada "economia natural microeletrônica cooperativa", parece constituir-se na única possível nos marcos do desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas. O essencial é a transformação das consciências individuais no sentido da difusão da "nova" racionalidade, definida apenas como **negação** da razão iluminista. Os sujeitos sociais para tal empreitada da razão? A resposta parece clara: as ONG'S. Afinal de contas, tais organizações não se constituem no universo produtivo, mas sim, na esfera do convencimento público. Potencialmente, estão cacifadas para a tarefa histórica de estabelecerem os critérios definidores do novo paradigma de reprodução social, para muito além do "envelhecido e obsoleto paradigma produtivo".

O Economicismo Encarnado nas Teses sobre a Crise do Trabalho.

O economicismo encerra a peculiaridade marcante de apresentar-se, por vezes, segundo formulações muito diferenciadas. A hipótese do desenvolvimento das forças produtivas enquanto força motriz última da história, hipótese essa levada até as últimas consequências pelo debate a respeito da crise do trabalho, encarna uma dessas formulações economicistas passíveis de exame crítico mais aprofundado. Tomado como produto recente do processo de luta ideológica de classes, o economicismo contemporâneo de Gorz e Kurz¹⁹ expressa, claramente, dimensões fundamentais da atual defensiva analítico-estratégica verificada no pensamento dito "de esquerda", "crítico" ou "inconformista", em relação à brutalidade do

15. Nesse ponto, Kurz é bastante conclusivo, pois, para ele: "A linguagem racional do socialismo está morta" (FSP, 5/11/1995).

16. Na verdade, no âmbito objetivo, o comunismo já é uma realidade: "A humanidade tem que enfrentar o fato de que por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma comunista no nível substancial-material e 'técnico' (...). Uma vez que se tornou efetiva e definitivamente obsoleto o 'comunismo do trabalho', que nunca passou de uma ideologia rígida da modernização burguesa, já não encontrando nenhum fundamento na realidade, ignora-se a realidade comunista que existe por trás das costas. Na verdade, esse distingue-se bastante do socialismo esperado pelo antigo movimento operário, pois não foi criado pelo proletariado, mas sim pela 'força produtiva ciência'. Fundamenta-se nessa, e não tem mais nada a ver com a antiga ontologia do trabalho, supostamente anticapitalista" (idem, p. 229).

17. "Pela primeira vez deparamos com um desenvolvimento pleno da modernidade de um sistema capitalista global em crise, e sua superação nada mais terá a ver com tudo o que se chamava de revolução ou socialismo no âmbito da velha história da modernização. O que lhes diz respeito ainda constitui momento e parte na formação de sistemas de trabalho abstrato, produtor de mercadorias, ainda que continuamente tenha havido lampejos utópicos e por vezes até reacionários de idéias contrárias à sociedade do trabalho abstrato da modernidade" (Kurz, 1993, p. 192).

18. Para Kurz, o "Terceiro Setor" constitui no espaço social difuso localizado entre Estado e mercado, composto da união de agrupamentos voluntários objetivando conter a miséria social e obstaculizar a destruição do meio ambiente (as ONG's e demais organizações sem ins lucrativos): "A questão decisiva é saber se o terceiro setor tem condições de ser um novo paradigma de reprodução social (...). Talvez o futuro esteja na mão de uma 'economia natural microeletrônica' fundada em vínculos cooperativos" (FSP, 3/12/1995).

19. Particularmente em relação a Kurz, foram muitas e conforme vários pontos-de-vistas as críticas direcionadas a suas teses mais relevantes. Vale dizer que O Colapso da Modernização (São Paulo, 1992), ao ser resenhado, antes da publicação em língua portuguesa, por Roberto Schwarz na conhecida seção "Tendências e Debates" do jornal Folha de São Paulo, causou realmente enorme expectativa nos meios intelectuais mais críticos, marxistas

movimento das estruturas de domínio do imperialismo ocidental, objetivando recompor as bases fissuradas pela crise, sociais e materiais de sua reprodução ampliada. Assim, consideramos que o economicismo encerrado nas teses sobre a crise do trabalho, revela-se, do ponto de vista da luta ideológica de classes, verdadeiramente a partir de suas implicações prático-políticas relacionadas ao conteúdo das intervenções das classes subalternas em seus embates contra o conjunto das estruturas de exploração do capital.

O incremento das forças produtivas entendido enquanto motor **autônomo** do desenvolvimento histórico, subtraindo o espaço ocupado pelas determinações de caráter classista, representa o fundamento último e necessário à hipótese, inerente ao debate, da supressão (pelo capital) das classes em luta. O efeito político imediato da articulação entre a tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas e a hipótese da superação da análise classista é o bloqueio tendencial da ação organizada das classes subalternas no sentido da revolucionarização das relações de produção dominantes ou da destruição das formas existentes do processo de apropriação do trabalho excedente, base da reprodução das relações de classes. A hipótese da revolução autônoma das forças produtivas e a necessária "abolição" do trabalho, das classes e da exploração, obstaculiza, na razão mesma que obscurece, a construção de um processo de apropriação que viabilize a superação da divisão social existente entre dominantes e subalternos, destruindo os fundamentos sociais e materiais da existência de classes.

A dominância da problemática das forças produtivas nas análises sobre a superação das modernas sociedades fundadas no trabalho, traço definidor, a nosso ver, da **natureza essencialmente economicista** do debate vigente, suscita continuamente novos problemas para o movimento organizado das classes subalternas. A disposição em identificar as forças produtivas aos meios materiais de produção desconsidera o fato de que a principal força produtiva é constituída pelos pró-

Entretanto, apesar de todo catastrofismo, Kurz ainda vislumbra uma possibilidade de saída da crise, quando se remete à superação da razão iluminista pela "razão sensível".

prios produtores. As teses sobre a crise do trabalho negam, conseqüentemente, o papel decisivo das lutas ideológicas e políticas de classes, bem como a necessidade de um partido revolucionário que dirija tais lutas. Por esse motivo, consideramos que a luta contra o reducionismo de caráter economicista, esforço integrante da **vida** do marxismo, expressa o meio principal através do qual é atualizada contemporaneamente a luta ideológica de classes.

Resumidamente, a hipótese da revolução autônoma das forças produtivas serve, em última análise, de **justificação** a um conjunto de teses apoloéticas do progresso técnico remetido à natureza das formações sociais capitalistas contemporâneas, às condições de sua transformação e, sobretudo, às determinações necessárias ao processo de superação da crise atual através da eventual transição ao socialismo, sociedade do tempo livre, sociedade da razão sensível ou algo que o valha.

O desenvolvimento das potencialidades encerradas no movimento de superação da sociedade do trabalho, segundo a perspectiva da revolução autônoma das forças produtivas, será sempre "deformado", por assim dizer, visto contradizer essencialmente o processo de integralização do ciclo de acumulação do capital (afinal, robôs não compram mercadorias). Tanto Gorz, quanto Kurz buscam, freqüentemente, apreender tal contradição, isto é, entre o desenvolvimento da revolução microeletrônica e a lógica do capital, lançando mão de expressões do tipo: "agonia do capital", "capitalismo cassino", "sujeitos-dinheiro sem dinheiro"... A possibilidade da existência de tal con-

tradição encerra, enquanto contrapartida, a vigência da hipótese de que a superação do capitalismo constitui-se em fenômeno já verificável objetivamente, mas não subjetivamente ("comunismo das coisas", "comunismo maduro"...). A revolução das forças produtivas, em sua essência, já teria se desenvolvido, dessa forma, o suficiente para que pudéssemos vislumbrar nos países capitalistas mais adiantados tecnologicamente, a possibilidade efetiva de uma passagem racional e pacífica para o socialismo, pois apoiada nas "novas" forças produtivas e não na revolução.

A idéia mais geral consiste na hipótese de que a revolução das forças produtivas traduz-se em componente orgânico ao processo de passagem, **negativo** quando "sociedade do desemprego" ou **positivo** quando "sociedade do tempo livre", da humanidade para uma sociedade não mais estruturada nas contradições entre classes, constituindo-se, portanto, no fator mais importante, **determinante**, podemos di-

ou não, já saturados das apologias liberais quanto ao colapso do Leste Europeu. Após a publicação do livro no Brasil e quase de imediato, Bresser Pereira (1993), publicaram suas considerações críticas cujo teor transitava da discordância em relação ao caráter "terminal" da presente crise (casos de Bresser e Oliveira), à idéia de que seria viável a existência futura de sociedades sem a presença de mediações de natureza mercantil (Gianotti). Gorender (1994) expõe, por sua vez, suas críticas ao utopismo contido na perspectiva, pretensamente distante das utopias, de Kurz e Antunes (1995) também realça um conjunto de distanciamentos, com a particularidade de ser o único dentre todos os autores citados anteriormente a relevar a dominância dos aspectos positivos sobre os negativos no livro tratado. De qualquer maneira, o essencial de nossa argumentação crítica, ou seja, o entendimento de que Kurz incorpora e sustenta o mito do progresso técnico enquanto fator determinante do desenvolvimento histórico, transformando o incremento das forças produtivas em motor autônomo dos processos de crise e transformações sociais, alheio, pois à vigência complexa das múltiplas contradições do real, parece não ter sido seriamente considerado por nenhum desses autores.

zer, do processo de construção do socialismo e do comunismo. Assim, a revolução das forças produtivas exprime agudamente a contradição, de resto bastante conhecida, entre relações de produção e forças produtivas. Tal revolução, por assim dizer, opõe-se às características das forças produtivas saídas da estrutura capitalista de produção (tecnologias "ferrolho" x tecnologias "encruzilhada", para utilizarmos expressões cunhadas por Gorz), encerrando uma natureza radicalmente distinta da "antiga revolução industrial".

O debate vigente afirma que o desenvolvimento das forças produtivas, entendido como fonte progressiva de toda mudança social, depende sempre do incremento do progresso técnico o qual, por sua vez, depende, antes de tudo, dos instrumentos de produção. De redução em redução, chegamos à hipótese de que são os instrumentos de produção, a microeletrônica e a telemática, notadamente, assim como as modificações que estes conhecem em consequência do desenvolvimento incessante da produção material, os fatores determinantes das mutações e crises históricas. Os condicionantes sociais da transformação dos instrumentos de produção nunca são seriamente levados em conta ou encarados como uma questão a ser relevada. No âmbito dos instrumentos de produção é a razão alheia às contradições classistas que vigora impassível. Nada mais natural que tal razão, **autônoma** pois não subordinada aos determinantes sociais, constitua a fonte última do desaparecimento das classes e, conseqüentemente, da exploração²⁰.

Contrariamente aos proponentes do debate atual, a filosofia da práxis afirma que o processo histórico é **determinado**, em última instância, pelas contradições sociais de caráter classista, mesmo que mediadas pela ação de partidos, Estados, aparelhos hegemônicos ou estruturas de poder transnacional. Tais contradições têm por base material não uma simples alteração nos instrumentos de produção, mesmo que essa seja

apresentada como uma "revolução tecnológica", mas as contradições da base econômica (a unidade complexa das relações de produção e das forças produtivas) e desenvolvem-se através das formas ideológicas as quais essas contradições dão nascimento.

As teses sobre a crise do trabalho rechaçam o papel das contradições sociais, das lutas das classes subalternas no sentido da revolucionarização das relações de produção dominantes e consequente realização de sua visão de mundo, em favorecimento da luta pela "melhor distribuição dos frutos do progresso técnico" (Gorz), luta essa essencialmente defensiva e através da qual são esperadas as transformações sociais mais "radicais", tais como, condição de saída da crise, a **difusão da racionalidade sensível anti-produtivista** (Kurz), ou a **limitação da esfera da heteronomia** (Gorz). O debate sobre a crise do trabalho não vai muito além de uma **representação fatalista**, por vezes catastrofista, do desenvolvimento social que atribui um caráter de determinação histórica ao progresso técnico, atualizada no interior da problematização acerca de uma suposta "revolução" da microeletrônica, cibernética, informática...

O processo de superação do economicismo passa, necessariamente, pelo entendimento de que o progresso técnico testemunha e subordina-se ao caráter antagônico das contradições sociais classistas²¹. A síntese promovida pelo atual debate sobre a crise do trabalho deve ser entendida, antes de mais nada, como:

"(...) indicação do caráter estratégico e central das relações de produção capitalistas, hoje mais do que nunca, tanto no sentido da **modelagem** da "nova ordem mundial", quanto no da **conservação** da velha ordem social" (Tude de Souza, 1995, p.4).

Se o debate revela uma dimensão a um só tempo complexa e original do momento atual, indica também a elasticidade da expressão **crise da sociedade do trabalho**. Fala-se em crise explicativa da categoria trabalho, do mercado de

trabalho, da estratégia "welfare" do Estado burguês, do sindicalismo... A expansão sem medidas do campo de análise deve conduzir a um questionamento com relação à própria natureza da noção de crise e, particularmente, se ainda é possível falar em crise para expressar a forma de existência do modo de produção capitalista segundo suas modalidades contemporâneas de materialização.

Queremos dizer com isso que é necessário não perder de vista a perspectiva da **totalidade**. O resgate dessa dimensão conforme a formulação materialista da dialética, portanto, a salvaguarda da filosofia da práxis, objetiva, por um lado, superar o reducionismo próprio à ciência burguesa que confere autonomia às abstrações de seus intelectuais diluindo, desse modo, a unidade intrínseca que envolve sujeito e objeto do conhecimento. Por outro, o ponto de vista da totalidade obriga o sujeito do conhecimento a pensar, a si e ao objeto (a sociedade) enquanto totalidade e essa só pode ser apreendida contemporaneamente, segundo a dinâmica das classes.

20. Gorz e Kurz, dessa forma, acabam por negar, simplesmente, o fato de que a luta de classes desenvolve-se de modo decisivo na esfera da produção imediata e, nesse meio, a burguesia monopoliza os instrumentos para levar a bom termo uma iniciativa hegemônica. A nosso ver, tal dimensão da questão não pode ser desconsiderada com tanta facilidade.

21. "É o que parece indicar o fato de que o maior avanço legado pelas últimas décadas deste século em matéria de informática, microeletrônica e outros Cyber Progress, não logrou assegurar o progresso universal e a emancipação humana tão propalados, outrora pela sociedade industrial, e hoje em dia pela sociedade da informação. Ao contrário, expôs e confrontou o homem à uma dupla alteridade, esta sim, incontornável neste fim de século: de simples, útil e necessário prolongamento do homem (de sua força humana, vital) e da natureza - chegando mesmo a constituir-se em uma segunda natureza - a ciência e a técnica, a pesquisa e a inovação (como coroamentos da humanização e da dominação da natureza...) se constituem hoje em realidade à parte" (Tude de Souza, 1995, p.3).